



EDITORIAL

Damião de Góis, um humanista europeu na Torre do Tombo ■

COM UM BOLETIM DOTADO de novo rosto e nome próprio, visa-se dar maior visibilidade aos arquivos, sempre demasiado discretos. Em primeiro lugar encontram-se os arquivos pertencentes ao universo do IAN/TT, mas é nosso propósito firme inserir informação sobre o conjunto dos arquivos do país, independentemente da sua inserção institucional. Nesta nova série da nossa publicação periódica, nada me pareceu mais adequado que invocar a figura de Damião de Góis, cujo centenário do nascimento se celebra este ano.

Olhar para o passado de uma instituição e encontrar a figura de Damião de Góis entre os seus mais antigos responsáveis acarreta para os actuais dirigentes do IAN/TT uma herança difícil pela ingrata comparação e pelo desafio implícito. A visão europeia deste grande humanista e a sua mensagem de tolerância e de dignificação do indivíduo, vivendo numa Europa atravessada pela intolerância e pelas guerras de religião, e correndo os riscos inerentes às atitudes que a sua coerência moral lhe impunham, são exemplares. Constitui um estímulo para que saibamos também no mundo actual, – hoje também um mundo em que os conflitos internacionais se revestem de fundamentalismos religiosos, e no qual antigas intolerâncias face ao outro e ao diverso se agudizam dia a dia de forma opressiva – lutar por uma sociedade internacional regida pela tolerância e o respeito pela diversidade.

Damião de Góis viveu cerca de vinte anos fora de Portugal. Após alguns anos em Antuérpia, onde desempenhou as funções de secretário da Feitoria, veio a abandonar o cargo oficial para se dedicar ao estudo e à reflexão, entre 1532 e 1545. Esse foi sem dúvida um período decisivo na sua formação. Conviveu com individualidades de diferentes tendências, Lutero, Erasmo entre outros, e frequentou as Universidades de Pádua e de Lovaina. Poucos anos após o regresso a Portugal, em 1548, seria nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo, onde se encontrava o Arquivo da Coroa e da Casa Real. Apesar da penúria de meios de que se queixaria, o seu labor e dos seus sucessores tornaram o Arquivo da Coroa Portuguesa um modelo que serviu de base ao Arquivo da Coroa de Espanha: ao planear a instalação em Simancas, Filipe II enviou a Portugal funcionários régios para estudar a organização aplicada na Torre do Tombo.

Não foi imediatamente cometido a Damião de Góis o cargo de cronista e seria por incapacidade dos responsáveis anteriores pelas Crónicas de D. Manuel e D. João III que essa função lhe seria atribuída. A independência de espírito expressa nos textos elaborados valer-lhe-iam dissabores, que implicaram inclusive a redução nos pagamentos devidos. Não menor foi a hostilidade criada pelo Livro de Linhagens que elaborara com rigor, o que poderá explicar o posterior desaparecimento deste texto. Métodos de todos os tempos.

Ser Guarda-Mor da Torre do Tombo, mesmo quando se recebiam mercês como foi o caso, era um lugar particularmente delicado nesta época. Damião de Góis viera substituir Fernão de Pina que fora preso pela Inquisição. Em 1571, seria também preso por este tribunal. Regressado à sua terra de origem, Alenquer, apareceu morto em sua casa em 1574. Quiçá a pesquisa, recentemente iniciada, com base nos seus restos mortais, venha a deslindar a dúvida que tem rodeado as causas deste óbito.

Miriam Halpern Pereira

DIRECTORA DO IAN/TT



Neste número

02 FUNDOS & COLECÇÕES

- Hospital de S. José

03 ARQUIVOS DISTRITAIS

- Arquivo Distrital de Viseu

04 EM DESTAQUE

- Inauguração do Arquivo Distrital de Aveiro
- Inauguração do Arquivo Municipal de Lagoa

05 • Diagnóstico aos Arquivos da Administração Central

06 • Arquivos Municipais de Melgaço e da Marinha Grande

07 INFORMAÇÕES

- DLM-FORUM 2002
- Legislação

08 AGENDA

Hospital de São José ■

EM 1994 FOI INCORPORADO NO IAN/TT o Arquivo Histórico dos Hospitais Cíveis de Lisboa (Hospital de São José).

O Hospital foi criado por D. João II, com o nome de Real de Todos os Santos, uma vez que para a sua construção o monarca se socorreu, com autorização papal, dos rendimentos de diversos pequenos hospitais existentes em Lisboa, os quais eram designados por nome de santos, tendo sido então extintos. A sua edificação foi feita em terrenos da cerca do convento de São Domingos de Lisboa, os quais correspondem à actual Praça da Figueira. D. Manuel seguiu as instruções deixadas em testamento pelo seu antecessor, quer no que respeita à construção quer à sua organização e, em 1504, deu-lhe regimento, no qual estabelecia o seu funcionamento e funcionários.

Com o terramoto de 1 de Novembro de 1755 o edifício ficou completamente arruinado. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento e na casa dos Almadás e depois no Rossio e às Portas de Santo Antão, enquanto se faziam as adaptações necessárias no Colégio de Santo Antão, que pertencera aos jesuítas. No século XIX a necessidade de expansão motivada pelas epidemias, como a febre amarela e a cólera, o aparecimento de novas doenças, o avanço da medicina, a existência de uma escola médica, levou à anexação de vários edifícios, alguns deles monásticos, vagos com a extinção das ordens religiosas, passando a instituição a chamar-se Hospital Real de São José e Anexos. Em 1901 o funcionamento da instituição foi completamente remodelado pelo enfermeiro-mor Curry Cabral. Com a República, a estrutura

aprovada em 1901 manteve-se, deixando, apenas o hospital de ter a designação de Real. Em 1913, a designação passou a ser a de Hospitais Cíveis de Lisboa, designação essa que se manteve até 1958. Neste ano, com a criação da Direcção-Geral da Saúde, a designação de Hospitais Cíveis de Lisboa foi revogada, ficando os hospitais, cada um *per se*, dependentes da referida Direcção, voltando a existir o Hospital de São José. Com a criação do Ministério da Saúde, a autonomia dos Hospitais Cíveis de Lisboa ficou limitada, tendo



desaparecido completamente em 1961, com a criação da Direcção-Geral dos Hospitais Cíveis. A organização do hospital sofreu diversas alterações. O último regulamento data de 1993. A Portaria n.º 11/93 de 6 de Janeiro, do Ministério da Saúde, reconheceu que o surgimento de novas especialidades e das progressivas exigências qualitativas de quem recorre aos hospitais obriga a uma maior complexidade e diferenciação na organização hospitalar. A portaria refere também a importância de regulamentos inter-

nos. Este regulamento é assinado em 20 de Novembro de 1992 e nele se definem os seus objectivos, funções, valências e a estrutura dos serviços de assistência: departamentos, serviços e áreas funcionais. A documentação, que abrange um período do séc. XVI a XX, contém informações para a história, evolução e administração do hospital e seu relacionamento com a Misericórdia de Lisboa. Inclui o regimento, regulamentos, ordens, portarias, avisos e decretos sobre o modo de funcionamento da instituição – enfermarias, botica, despensa, economato, tarefas e obrigações dos funcionários, admissão de doentes, administração dos rendimentos (propriedades rústicas e urbanas, tenças, padrões, jóias, testamentarias, resíduos de heranças), – mercês e privilégios régios e papais, relatórios, estatísticas, doenças, escola de enfermagem e hospitais anexos.

O Arquivo é constituído por cerca de 10846 livros e cerca de 200 maços. Os livros estão já à consulta dos investigadores. Neles poderão encontrar o registo de entrada de doentes, por exemplo o de Bocage, receita e despesa do hospital, produtos farmacêuticos, registo dos bens doados ao hospital. Na parte que diz respeito ao Juízo das Capelas, cujos livros foram incorporados na Torre do Tombo em 1978, 1980, como o nome indica, refere-se a capelas cujos rendimentos relativos a legados não cumpridos revertiam a favor da instituição.

Os maços encontram-se em organização, podendo alguns, no entanto, ser consultados.

Maria Teresa Saraiva

ASSESSORA PRINCIPAL DE ARQUIVO

ARQUIVOS DISTRITAIS

VISEU

Viseu foi dos primeiros distritos a possuir arquivo ■

CRIADO PELO DECRETO N.º 20 803 de 22 de Janeiro de 1932, o Arquivo Distrital de Viseu começou por ser instalado no Adro da Sé, no edifício da antiga cadeia civil, numa das torres da antiga muralha, junto à galeria que se liga ao claustro superior da Sé. Por Decreto-Lei de 1955, ficou determinado que a Câmara Municipal cede, a título gratuito, e até que o Estado disponha de edifício próprio, a parte do prédio conhecido por “Casa Amarela”, considerada indispensável para a instalação do arquivo distrital. Desde Maio de 1962, partilha com a Biblioteca Municipal um solar do século XVIII, sito no Largo de Santa Cristina, ocupando parcialmente três pisos. Em resultado da contínua recolha de documentação, as instalações do Arquivo estão, desde há muito, completamente saturadas. No sentido de assegurar as incorporações exigidas por lei, foi arrendado, em 1998, um “depósito” fora das suas instalações.

Um protocolo assinado, em Dezembro de 1993, entre a Câmara Municipal de Viseu e os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo visa a reinstalação do Arquivo Distrital na totalidade do espaço da “Casa Amarela”, quando a Biblioteca dispuser de novas instalações. A Biblioteca encontra-se em fase de transferência. O art.º 3.º do decreto que cria o ADV destinou-o a recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os seguintes núcleos documentais: cartulários e outros códices; pergaminhos e papéis avulsos dos cartórios da Sé e do Cabido; documentos da Câmara Eclesiástica; cartórios paroquiais; cartórios notariais; cartórios judiciais; papéis dos extintos mosteiros; documentos das congregações religiosas extintas; papéis

das repartições extintas e serviços cessantes; todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos Arquivos do Estado.

Os registos paroquiais, num total de 39 467 livros com datas compreendidas entre 1523 e 1911, constituem uma parte substancial da documentação, muito embora os fundos judiciais sejam o grupo de arquivos mais extenso. São 4 180 livros e 7 056 maços, contendo, aproximadamente, 248 000 processos, cujas datas extremas são 1667–1974. Para fins probatórios, os fundos notariais, constituídos por 31 183 livros (1565–1996), são os mais consultados. Do Governo Civil do Distrito de Viseu, foi transferido para o Arquivo um vasto e variado conjunto documental, com 32 778 unidades de instalação e datas compreendidas entre 1835 e 1988. A extinção das ordens religiosas conduziu à incorporação de 375 livros (1501–1932) dos arquivos de alguns conventos. O Arquivo possui ainda documentos provenientes do Cabido da Sé, Mitra, Câmara Eclesiástica e Seminário de Viseu, num total de 942 livros e 60 maços de documentos avulsos, do período compreendido entre 1222 e 1912. De Câmaras Municipais de concelhos extintos somos depositários de 93 livros (1514–1862). Provenientes da Administração do Concelho, Direcção de Finanças e Repartição de Finanças, são 440 livros, produzidos entre 1835 e 1973. Por doação de Famílias possuímos 2 livros e 1006 documentos, cujas datas variam entre 1527 e 1953, e de Empresas 5 livros (1920–1940).

Este vasto e valioso espólio documental, constituído por cerca de 370 mil documentos, ocupando mais

de 4,5 mil metros lineares de prateleira, é completado e enriquecido por uma colecção de cerca de 4000 pergaminhos – o mais antigo remonta ao século X e o mais recente data de 1747 – e 48 livros de música e liturgia, manufacturados entre 1628 e 1864.

Apesar da total falta de espaço com que temos lutado e que tem limitado os nossos intentos, temos desenvolvido um conjunto de actividades destinadas aos nossos utilizadores reais e potenciais. Elaborámos um Guia de Fundos para dar a conhecer o nosso património arquivístico e um Guia de Consulta que clarifica o conteúdo dos fundos de que somos depositários. Trimestralmente, é distribuído um Boletim Informativo. Estamos na Internet em www.ad-viseu.com. Proporcionamos à comunidade visitas guiadas. Ministramos acções de formação. Cooperamos com entidades da região em actividades de carácter cultural. Colaboramos em jornais e revistas. Promovemos exposições e colaboramos nas de outras instituições. Cooperamos com as Câmaras Municipais. Damos apoio técnico a instituições e particulares detentores de arquivos. Em suma, temos procurado uma aproximação cada vez maior dos cidadãos, através da comunicabilidade e compreensão do nosso património documental.

Conduzir a gestão do património documental relativo à memória do distrito de Viseu, colocando-se à disposição das instituições, pesquisadores e todo o cidadão que anseie conhecer, é o objectivo do Arquivo Distrital de Viseu.

Maria das Dores Almeida Henriques

DIRECTORA DO ARQUIVO
DISTRITAL DE VISEU

EM DESTAQUE

Inauguração do Arquivo Distrital de Aveiro ■




PRESIDIDA PELO MINISTRO da Cultura, teve lugar no passado dia 28 de Junho a cerimónia oficial de inauguração das novas instalações do Arquivo Distrital de Aveiro. O projecto de arquitectura englobou a recuperação da Casa Dr. Alberto Souto e a construção do novo edifício, sito na Rua Dr. Alberto Souto, Bonsucesso – Aradas 3810–417 Aveiro (tel. 234 377 990, fax 234 377 999).

O edifício recuperado destina-se a funções culturais, reservando-se o novo edifício à sala de leitura, aos diferentes serviços e aos depósitos.

Depositário de um variado conjunto de fundos documentais, provenientes de diferentes instituições, este Arquivo detém um acervo documental com cerca de 46 500 documentos que ocupam mais de 1 000 metros lineares.

Os documentos mais antigos são assentos paroquiais e datam do século XVI. Os mais recentes datam do século XX e referem-se a documentação notarial, judicial e da Direcção de Finanças (vide Boletim n.º 2, 1997).


Com as instalações agora inauguradas, o Arquivo Distrital de Aveiro reúne as melhores condições para se impor como centro difusor da cultura do distrito. 

Inauguração do Arquivo Municipal de Lagoa ■



NO DIA 6 DE SETEMBRO DE 2002 FOI INAUGURADO E ABERTO ao público o Arquivo Histórico Municipal de Lagoa, projecto apoiado pelo “Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais” (PARAM). Em 1999 a Câmara Municipal de Lagoa havia apresentado uma candidatura para instalação do seu Arquivo Municipal. Foram objectivos desta candidatura, para além da recuperação de um edifício, o “antigo depósito de água”, instalar adequadamente todo o seu acervo e aproximar o Arquivo Municipal da Biblioteca Municipal, por forma a facilitar a consulta por parte do público, sendo assim possível prestar um melhor serviço aos utentes.

O IAN/TT participou neste projecto com o valor de € 50 000 (10 000 contos).

O Arquivo Histórico Municipal de Lagoa, sito no Largo dos Combatentes da Grande Guerra 8400–338 Lagoa, tel. 282 340 127, possui documentos municipais desde a criação do Concelho em 1773 até ao século XX e alguns documentos seiscentistas. 

Diagnóstico aos Arquivos da Administração Central ■

Objectivos e metodologia

TAL COMO JÁ FOI DIVULGADO no último número do Boletim, o IAN/TT, conjuntamente com o Observatório das Actividades Culturais (OAC), leva a cabo o Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central. O projecto terá a duração de 16 meses, tendo-se iniciado os trabalhos em Fevereiro de 2002, prevendo-se a publicação final dos resultados no decurso de 2003. Para além das entidades referidas, os trabalhos do Diagnóstico contam com a colaboração de interlocutores nomeados em todas as secretarias-gerais dos ministérios, que funcionam como elos de ligação entre os serviços de cada ministério, o Instituto e o OAC. Pretende-se, assim, inquirir a totalidade dos organismos da administração central, incluindo os serviços de administração directa e os serviços de fundos autónomos até ao nível regional ou, na ausência destes, ao nível distrital, com depósitos de arquivo intermédio. Pretende-se ainda inquirir, com particular cuidado, os organismos que herdaram documentação proveniente de serviços extintos, cuja documentação se encontra dispersa por diferentes ministérios, sem qualquer controle ou organização. O Instituto pretende, com o Diagnóstico, concretizar uma das várias atribuições que lhe estão cometidas em matéria de serviços prestados ao estado na área de gestão de documentos. Compete ao IAN/TT através da Divisão de Arquivos Intermédios – artigo 9.º n.º 2 alínea o) do DL/60/97 de 20 de Março “realizar censos e diagnósticos destinados a garantir um conhecimento efectivo do universo sobre o qual se pretende actuar”.

No plano técnico-metodológico, os trabalhos desenvolvem-se em duas fases: a primeira consiste na recolha de informação, através da realização de entrevistas pelas equipas do IAN/TT e do OAC, com os interlocutores nomeados pelas secretarias gerais, para obtenção de dados necessários ao lançamento dos questionários. Localizados os arquivos intermédios/depósitos existentes em cada ministério, estes serão inquiridos através do envio de questionários escritos. A segunda fase consiste no tratamento da informação através da análise dos questionários, elaboração do relatório final e edição dos resultados. Foi já entregue por parte do OAC em Julho último à Direcção do IAN/TT, um primeiro relatório do Projecto de Diagnóstico. Este primeiro relatório visa dar conta das fases entretanto decorridas e sintetizar a informação recolhida. De acordo com a metodologia definida as fases foram as seguintes:

- a) mobilização do Governo para o Diagnóstico, nomeação de interlocutores em cada ministério e reunião entre estes e as equipas do IAN/TT e do OAC, incluindo as respectivas directora e presidente;
- b) levantamento da situação em cada ministério através das secretarias-gerais para criação de uma rede de interlocutores que cubra todos os serviços do ministério, para uma resposta adequada às necessidades do Diagnóstico e do trabalho em torno dos arquivos intermédios;
- c) elaboração e teste do questionário que constitui o principal instrumento de recolha de informação;
- d) criação da base de dados de expedição do questionário depois de

tomadas as decisões quanto à unidade de inquirição (organismo da administração central) e quanto à unidade de análise (depósito).

As próximas etapas consistem em dar continuidade ao processo de criação de redes de interlocutores; aplicação do questionário aos depósitos de arquivo intermédio; conceber um módulo para inquirição dos arquivos históricos ministeriais já existentes; elaboração de relatório circunstanciado relativo aos três Ministérios que o IAN/TT considerou prioritários: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; Ministério da Segurança Social e do Trabalho e Ministério da Administração Interna; elaboração do relatório final e edição dos resultados. Os resultados do Diagnóstico irão permitir ao IAN/TT: diagnosticar arquivos em situação de risco e perda de património arquivístico; definir com maior clareza uma política de incorporações nos arquivos nacionais; definir a futura rede nacional de arquivos; criar medidas de apoio técnico aos serviços produtores, sobretudo nas áreas de avaliação, selecção e eliminação de documentos; definir estratégias de intervenção mais coerentes face aos arquivos da administração central, com vista à implementação de sistemas de gestão integrada de arquivos nas instituições, visando uma melhor gestão dos recursos do estado, conduzindo ao aumento da qualidade nos serviços de arquivo, como factor de modernização administrativa e salvaguarda da documentação histórica.

Maria José Fidalgo

CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVOS
INTERMÉDIOS

Arquivo Municipal de Melgaço ■

SITUA-SE ESTE RECÉM-CRIADO serviço camarário nos Paços do Concelho, um edifício de grandes dimensões e linhas simples, considerado um dos elementos principais do ponto de vista urbanístico da vila de Melgaço, construído no início do século xx. É um Arquivo que abrange um concelho fronteiriço com Espanha, nomeadamente com os concelhos galegos de Entrimo, Vereia, Lobera, Quintela de Leirado, Padienda Creciente e Arbo, sendo limitado ao norte pelo Rio Minho, a oeste pelo concelho de Monção e a sudoeste pelo de Arcos de Valdevez. Trata-se de um pequeno concelho com uma superfície de 232Km², repartidos por dezoito freguesias: Alvaredo, Castro Laboreiro, Chaviães, Cristoval, Couso, Cubalhão, Remoães Roussas, S. Paio e Vila. No desenvolvimento do concelho, marcado pelas dificuldades inerentes à sua interioridade, a Câmara Municipal tem vindo a prestar uma aten-

ção especial aos aspectos culturais, nas suas múltiplas expressões tendo, assim, criado o Arquivo Municipal como espaço privilegiado para responder aos desafios que ora são colocados pela sociedade da informação, com particular incidência ao que respeita à disponibilização da informação veiculada pelos vários fundos arquivísticos à sua guarda, tais como:

- Câmaras de Melgaço e Castro Laboreiro,
- Extintas Administrações dos Concelhos de Melgaço e Castro Laboreiro,
- Associação de Socorros Mútuos Centro Artístico Melgacense,
- Hospício de Nossa Senhora da Conceição,
- Posto da Guarda Fiscal/Secção de Melgaço, de incorporação muito recente,
- Colecção de documentos resultante da recolha de informação efectuada pelo historiador local, Augusto César Esteves.

No desempenho das suas atribuições e competências cabe a este serviço, que se quer aberto e interactivo com o meio envolvente, assegurar a todos os munícipes a utilização plena e mais eficaz dos recursos informativos sob responsabilidade e gestão, bem como a defesa e valorização do património documental do concelho que constitui uma das mais válidas expressões da cultura melgacense.

Por último, na esperança de se facilitar o acesso dos interessados a este novo Serviço, deixa-se aqui consignado um conjunto de informações que se julgam úteis:

Endereço: Largo Hermenegildo Solheiro, 4960–551 Melgaço, telefone: 251 410 100, fax: 251 402 429, e-mail: geral@cm-melgaço.pt
Horário de funcionamento: 9h30–13h00; 14h00–17h00.

Elsa Rodrigues

TÉCNICA SUPERIOR

Arquivo Municipal da Marinha Grande ■

A IMPORTÂNCIA QUE O PATRIMÓNIO documental reveste para o conhecimento da história do concelho da Marinha Grande tem sido objecto de atenção por parte da Câmara Municipal. A criação do Arquivo Municipal da Marinha Grande é disso exemplo. Além do fundo documental proveniente da autarquia, o Arquivo Municipal possui fundos de particulares e de empresas – como a extinta Fábrica-Escola Irmãos Stephens – cujo período cronológico se situa predominantemente no século xx. Com novas instalações, construídas de raiz e comparticipadas pelo IAN/TT no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, irá contribuir significativamente para a valorização de tão vasto con-

junto arquivístico. Localizado em zona privilegiada – classificada pelo IPPAR – forma conjuntamente com o Museu do Vidro e com a Biblioteca Municipal, um núcleo cultural de grande valor para o concelho. Constituído por dois pisos, o edifício contempla para além da área destinada a depósito, espaços técnicos para o tratamento arquivístico dos documentos e espaços destinados ao público – nomeadamente sala de leitura e zona reservada a iniciativas de cariz cultural. No entanto, embora possuindo instalações adequadas, falta efectuar todo o tratamento arquivístico da documentação, indispensável ao bom funcionamento do Arquivo Municipal. Este é o objectivo princi-

pal que se reveste de grande morosidade, dado que actualmente ainda tudo se encontra por realizar neste domínio – por não existirem condições para o efeito. Assim não se prevê qualquer data para abertura ao público, embora solicitações pontuais sejam atendidas e, dentro do possível, satisfeitas. É preocupação do Arquivo Municipal da Marinha Grande proporcionar não só condições necessárias à documentação que guarda como também um acesso eficaz por parte dos utilizadores.

Endereço: Praça Stephens, 2430–960 Marinha Grande.

Paula Maia

TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

INFORMAÇÕES

DLM – FORUM 2002: Acesso e preservação da informação electrónica ■

DECORREU EM BARCELONA, de 6 a 8 de Maio de 2002, a terceira edição do DLM-FORUM.

No sentido de reflectir com maior vigor o âmbito da iniciativa, o acrónimo DLM, originalmente decorrente da expressão francesa “Donnés Lisibles par Machine”, passou a ser interpretado como “Document Lifecycle Management” (gestão do ciclo de vida dos documentos).

A edição 2002 do DLM-FORUM, subordinada ao tema *Acesso e preservação da informação electrónica*, produziu as conclusões seguintes:

1. A indústria de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresenta soluções de boas práticas para a gestão de documentos e arquivos electrónicos

A *Mensagem à Indústria* do DLM-FORUM 1999 pedia apoio e aconselhamento face ao desafio da gestão de documentos e informação na era digital. A indústria de TIC deu uma resposta positiva e forneceu uma primeira série de seis “Livros Brancos” sobre os seguintes tópicos:

- Captura, Indexação & Auto-categorização;
- Conversão & Formatos de Documentos;
- Gestão de Conteúdo;
- Acesso & Protecção;
- Disponibilidade & Preservação;
- Formação & Operacionalização.

2. European Model Requirements (MoReq)¹ – uma norma emergente

A Especificação MoReq – Modelo de requisitos e meta-informação – está em condições de dar contributos fundamentais para a efectiva gestão de arquivos electrónicos. É já usada em vários países europeus como base para cadernos de encargos e implementações. A sua utilização deve ser promovida junto de

arquivistas, administrações, indústria e fornecedores de serviços.

A resposta positiva ao MoReq abre a possibilidade de a Especificação se tornar uma norma europeia.

3. Progresso na formação profissional em gestão de documentos e arquivos electrónicos

O DLM-FORUM 2002 confirmou o papel essencial da formação e do *e-learning* na área da gestão do ciclo de vida dos documentos. Os primeiros módulos de formação e o material pedagógico do programa europeu de formação em arquivos electrónicos (E-TERM) estão já disponíveis para países membros e candidatos interessados. O DLM-FORUM 2002 incita a Rede de Excelência DLM a reforçar as ligações entre escolas de arquivística e outras entidades de formação especializadas nesta área.

4. O desafio da mudança constante – aspectos legais da gestão dos novos arquivos

Os requisitos da gestão do ciclo de vida dos documentos tornam necessário examinar em profundidade a presente e futura legislação que afecte os arquivos no que respeita ao acesso, privacidade, protecção de dados, autenticidade, direitos de autor, assinaturas electrónicas e questões relacionadas.

5. Lançamento da iniciativa European DLM-network

Um dos mais importantes resultados do DLM-FORUM 2002 é a aceitação e apoio generalizado ao estabelecimento de uma forte e ampla plataforma europeia com ênfase na normalização, aspectos legais, formação, acesso, preservação a longo prazo e realização de eventos DLM. Durante o Forum, novos parceiros do sector público, indústria e outras entidades especializadas associaram-se à iniciativa de lançamento da rede europeia

de excelência para arquivos electrónicos (European DLM-network of Excellence on electronic archives), a qual deverá organizar o próximo DLM-FORUM.

O Comité Científico do DLM-FORUM 2002 estabeleceu um Comité de Monitorização da DLM-network para desenvolver e avaliar o projecto de Rede de Excelência, o que inclui a preparação de candidatura ao 6.º Programa Quadro da União Europeia, integração de novos parceiros e apresentação de relatórios de evolução da iniciativa.

Mais informações sobre o DLM-FORUM estão disponíveis em www.dlmforum2002.org e em www.dlmforum.eu.org [T]

(1) A Especificação MoReq: Modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos foi recentemente traduzida para português no âmbito do Programa SIADE (sobre este Programa ver Boletim n.º 14, Abril/Maio/Junho 2000), estando já disponível online em www.adporto.org/paginas/siade2.pdf e brevemente também no sítio web do IAN/TT: www.iantt.pt

Legislação ■

Foram publicadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro, as seguintes Portarias de Gestão de Documentos:

Portaria n.º 952/2001 de 7 de Agosto, DR-I Série B – Instituto Nacional de Administração;

Portaria n.º 1143/2001 de 27 de Setembro, DR-I Série B – Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Portaria n.º 525/2002 de 3 de Maio, DR-I Série B – Inspecção-Geral de Finanças;

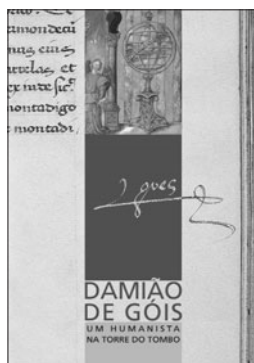
Portaria n.º 1185/2002 de 30 de Agosto, DR-I Série B – Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. [T]

AGENDA

COLÓQUIO/EXPOSIÇÃO

Damião de Góis, Um Humanista na Torre do Tombo ■

Comemora-se este ano o 5.º Centenário do nascimento de Damião de Góis uma



das figuras mais importantes do Séc. XVI português.

O IAN/TT vai assinalar a efeméride, promovendo

em colaboração com a Associação de Professores de História, um colóquio científico subordinado ao tema *Damião de Góis, Um Humanista na Torre do Tombo*, bem como a realização de uma exposição documental e bibliográfica, onde serão expostas algumas peças que permitam esboçar um retrato da sua vida e obra e da época em que viveu. Humanista, diplomata, historiador, mercador, cronista, músico e Guarda-Mor da Torre do Tombo, Damião de Góis foi, incontestavelmente, uma figura notável do Renascimento na Europa dos humanistas.

Neste contexto o colóquio tem como conferencistas e respectivas temáticas o Professor Doutor A.H. Oliveira Marques, “Damião de Góis e a Feitoria de Antuérpia”, a Dra. Fátima Ó Ramos, “Damião de Góis Guarda-Mor da Torre do Tombo”, o Professor Doutor José Pedro Paiva, “*Católico sou e não lutero*”: o processo de Damião de Góis na

Inquisição (1571–1572)”, o Professor Doutor Rui Vieira Nery e o Professor Doutor Manuel Morais, “Damião de Góis e a Música do Portuguesa do Renascimento” e o Professor Doutor Vítor Serrão, “A cultura artística no tempo de Damião de Góis, 1502–1574: algumas notas para a caracterização da arte portuguesa de quinhentos”.

O colóquio realiza-se no dia 16 de Outubro de 2002, entre as 14h30 e as 18h00, no auditório da Torre do Tombo. No mesmo dia é inaugurada a exposição sobre Damião de Góis que estará patente ao público no edifício da Torre do Tombo, até 16 de Dezembro.

Novo website do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

A partir de Novembro vai estar disponível ao público, no endereço já divulgado:

<http://www.iantt.pt>

Mesa Redonda ■

Vai ter lugar na Torre do Tombo, no próximo dia 24 de Outubro, pelas 15 horas, uma mesa-redonda subordinada ao tema “Arquivos de Personalidades Políticas: Olhares Cruzados, Arquivistas e Historiadores”. Na sequência do tema de abertura “Arquivos de Personalidades Políticas no IAN/TT”, pela Dra. Lucília Runa, serão focados os arquivos das seguintes personalidades políticas: *Passos Manuel*, pela Prof.ª Doutora Magda

Pinheiro e Dr.ª Leonor Lopes, *Costa Cabral*, pelo Prof. Doutor Luís Espinho da Silveira, *Luciano de Castro*, pelo Prof. Doutor Pedro Tavares de Almeida, *Fontes Pereira de Melo*, pela Prof.ª Doutora Filomena Mónica, moderadora da mesa-redonda, e *Marcello Caetano*, pelo Dr. Frazão.

Novas Edições ■

O IAN/TT acaba de editar, com o alto

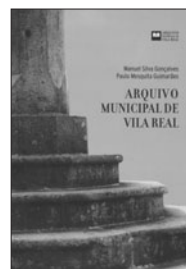


80p. il. – PVP: € 12,50

patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, a obra *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses na Torre do Tombo*,

da autoria de Arthur L-F. Askins, Aida Fernanda Dias e Harvey L. Sharrer.

O Arquivo Distrital de Vila Real, em



304p. – PVP: € 15

acção conjunta com a Câmara Municipal de Vila Real, procedeu à publicação do *Inventário do Arquivo Municipal de Vila Real*. Elaborado

por Manuel Silva Gonçalves e Paulo Mesquita Guimarães, com a colaboração de João Carlos Osório e Natália Rodrigues Magalhães, é um instrumento de descrição arquivística realizado em observância às Regras Portuguesas de Descrição Arquivística baseadas na ISAG(F). [T]